



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), às 08h30min (oito horas e trinta minutos), na sala de reuniões do IPERON, situado à Avenida Sete de Setembro, 2557, Nossa Senhora das Graças, nesta Capital, realizou-se a 2ª (segunda) reunião ordinária do Conselho Fiscal, tendo como pauta: 01. Apresentação de Esclarecimentos e Explicações Relativas aos Investimentos Financeiros do IPERON (Comitê de Investimentos e Diretor Administrativo e Financeiro e servidores de áreas afins); e 02. Apresentação de Respostas das Recomendações deliberadas pelo COFIS (Presidente do IPERON, Diretor Administrativo e Financeiro e demais servidores de áreas afins). O Conselheiro Presidente Vicente Rodrigues de Moura ao iniciar os trabalhos solicitou ao Secretário do Conselho que fizesse a verificação de quorum legal, tendo sido feito, constatou a presença do Cel. PM Eneidy Dias de Araujo – Representante do Poder Executivo/Polícia Militar, Ivan Pimenta Albuquerque – Representante do Ministério Público, Wagner Garcia de Freitas – Representante do Poder Executivo/SEFIN, Helena da Costa Bezerra – Representante do Poder Executivo/SEGEF, Chagas Raimundo Teixeira – Representante do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Justiça/SINJUR, totalizando **06 (seis)** conselheiros presentes. Ausente o Conselheiro Ângelo Florindo da Silva – Representante dos Sindicatos do Poder Executivo. Convidados Roney da Silva Costa – Diretor Administrativo e Financeiro, Presidente do Comitê de Investimentos e Presidente Interino IPERON; Airton Mendes Veras – Gerente de Contabilidade e Jose Castro da Costa – Chefe da Auditoria. O Conselheiro Presidente Vicente Rodrigues de Moura abriu os trabalhos, cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Senhor Roney da Silva Costa que, conjuntamente, com o Senhor Airton Mendes Veras deram início a Apresentação de Esclarecimentos e Explicações Relativos aos Investimentos Financeiros do IPERON, que fica fazendo parte dessa Ata como anexo. Destacaram que a Carteira de Investimentos do IPERON ultrapassou a meta atuarial prevista inicialmente na Política de Investimentos para o Exercício 2016 de INPC+6%, ou seja, 12,58 %, bem como o Índice de Preço de Mercado (CDI) 14% a.a., acumulando rendimentos de 16,31% a.a., o que gerou retorno acumulado de R\$ 237.126.586,06 (duzentos trinta sete milhões cento e vinte seis mil quinhentos oitenta seis reais e seis



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA
IPERON
CONSELHO FISCAL




centavos). Destacaram, ainda, que o Comitê de Investimentos tem buscado qualificar seus membros, com intuito dar autonomia na gestão da Carteira de Investimentos. Observaram a necessidade de criação de setor específico de atuação na área de investimentos, visando a plena autonomia na gestão dos recursos previdenciários. O Conselheiro Ivan Pimenta sugeriu ao Comitê de Investimentos a emissão de relatório de acompanhamento dos investimentos por conta/fundo de investimentos, visando subsidiar as análises de contas mensais e anual, efetuados por este colegiado. Os Conselheiros, de forma unânime, acataram o sugerido pelo Conselheiro Ivan Pimenta. Em seguida o Senhor Roney Silva, distribuiu cópia o Resumo das Respostas referente ao Relatório Análise Anual 2015 e Relatório de Análise de julho de 2016, o qual cópia e anexo desta ata, e deu início a apresentação, na qual os Conselheiros, em face da apresentação na próxima reunião do relatório análise de dezembro/2016, acordaram que relator da respectiva conta observe os possíveis atendimentos das demandas deste colegiado. O Conselheiro Cel PM Eneidy Dias observou que a Auditoria do IPERON destaca sempre que a Polícia Militar e Bombeiro Militar como partes responsáveis pelo déficit atuarial, utilizando como base somente o mês de competência, sem análise da base de composição de toda contribuição dos segurados militares, inclusos neste contexto a economia atribuída aos mais de 2000 militares transpostos para União. Esclareceu que se faz necessário que as outras categorias detentoras de aposentaria especial sejam objeto de análise, assim como vem sendo exposto a Polícia Militar. O Senhor Jose Castro, responsável pela análise de contas por parte da Auditoria, observou que trata-se de um procedimentos de rotina, que após a identificação déficit foi apresentado perante o Conselho de Administração, que autorizou a realização de Auditoria na Folha de Pagamento dos Policiais Militares e Bombeiros Militares. Acrescentou que há separação na Folha de Pagamento, somente, entre servidores civis e militares, fato que existam observações de forma preliminar da polícia militar e bombeiro militar, até que seja concluso a referido auditoria. O Cel. PM Eneidy Dias ratificou o que expôs e, novamente frisou a necessidade serem efetuadas análises para as demais categorias com aposentadorias especiais, em vez de expor, tão somente, os militares, fato que gera repercussão negativa aos policiais e a sociedade em geral. Os Conselheiros ratificaram o exposto pelo Conselheiro Cel. PM Eneidy Dias, visto que, informações sem análise técnica conclusiva expõe de forma desnecessária o próprio IPERON. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Presidente às 12h05mim (doze horas e cinco minutos), da qual eu,



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA
IPERON
CONSELHO FISCAL



, Ednelson Monteiro da Silva, Secretário do Conselho,
lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e Conselheiros presentes.


Vicente Rodrigues de Moura
Conselheiro Presidente


Cel. PM Eneidy Dias de Araujo
Conselheiro


Ivan Pimenta Albuquerque
Conselheiro


Helena da Costa Bezerra
Conselheira


Wagner Garcia de Freitas
Conselheiro


Chagas Raimundo Teixeira
Conselheiro

Política de Investimento 2017

Novembro de 2016

Qual o objetivo da PI?



O principal objetivo é trazer os limites de alocação em cada segmento Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis, de acordo com a legislação.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros do RPPS, considerando os fatores de:



Risco



Segurança



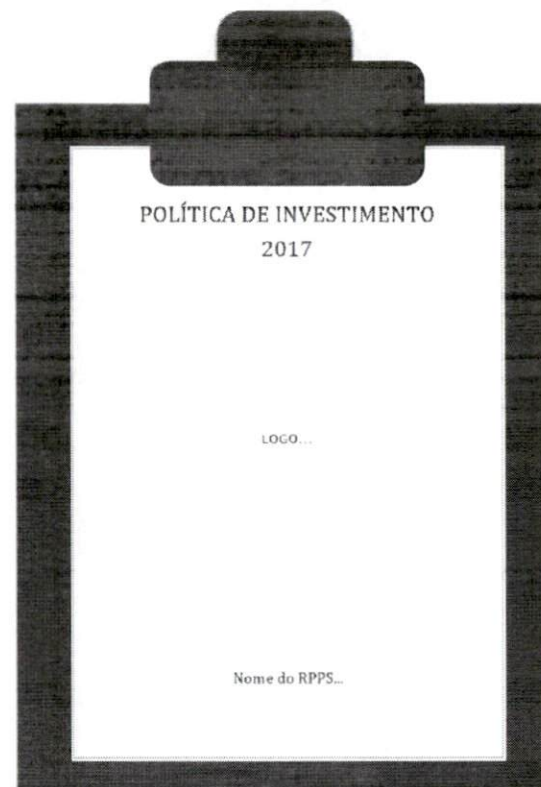
Solvência



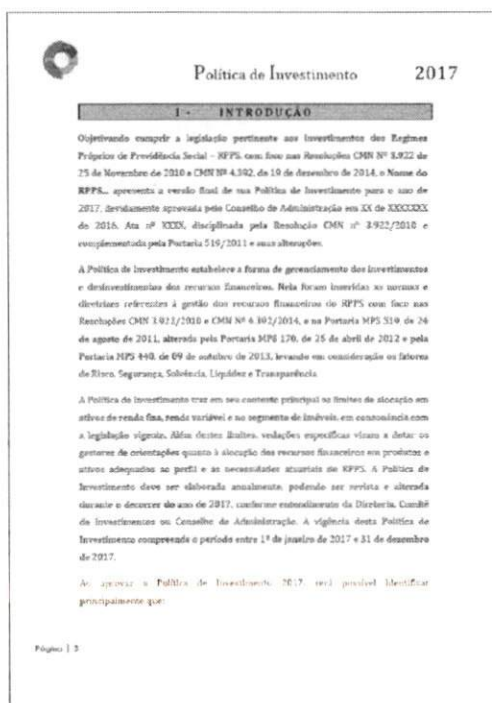
Liquidez



Transparência.



Prazos e vigência da PI...

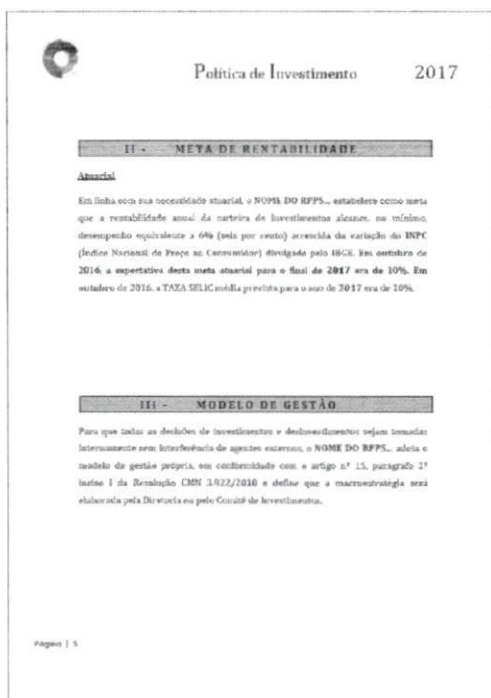


Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do exercício, conforme entendimento do órgão superior responsável.

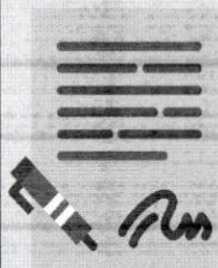
A vigência da Política de Investimento abrange do dia
01/01/2017 até o dia **31/12/2017**.



Definições da PI 2017 exigidas pela Resolução 3.922/2010...



Modelo de Gestão



O RPPS escolhe como será a gestão dos recursos: Própria, Contratação de Pessoa Jurídica autorizada ou Mista.

A PI 2017 adota o modelo de **GESTÃO PRÓPRIA** para o RPPS.

Meta Atuarial



O RPPS estabelece um parâmetro de rentabilidade para o ano, para que as aplicações busquem superar as necessidades atuariais.

A PI sugere **INPC+6%**.


A Meta Atuarial fica a critério do RPPS.

Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Fixa

Artigo 7º, I, a - Títulos Públicos

 Política de Investimento 2017

Quando a instituição gestora atingir 50 pontos ou mais no credenciamento de instituições financeiras junto a este RPPS. De acordo com a Resolução CMN 3.922/2010 os segmentos de investimentos serão classificados como Renda Fixa, Renda Variável e Imobiliário.

V - SEGMENTO DE RENDA FIXA - ART. 7º

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataformas eletrônicas e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN 3.922/2010 e a Portaria MP6 519/2011. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda em sistema eletrônico.

Fundos de Renda Fixa - Art. 2º

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valor-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDRA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

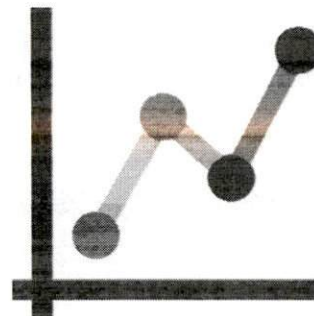
❖ Incisos I b e III - Investimentos: Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark IMA ou IDRA, a performance em dez meses do fundo poderá ser de no mínimo 0,70 p.p. acima da performance do índice de referência. Investimentos poderá ocorrer e desinvestimentos não poderão ocorrer quando a rentabilidade acumulada em dez meses do fundo for 0,80 p.p. menor do que a rentabilidade do benchmark, durante quatro meses consecutivos.

❖ Incisos IV e VII b - Investimentos, para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark CDI, a performance mínima em dez meses poderá ser igual ou superior a 100% deste indicador, quando sua carteira for

Fórmula 17



Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de lançamentos de compra e venda em plataforma eletrônica.



Com marcação a mercado, com variação do PU diário

Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Fixa

Artigo 7º, Incisos I, b e III, a – Fundos IMA e IDkA

Política de Investimento 2017

Quando a instituição gestora atingir 50 pontos ou mais no credenciamento de instituições financeiras para a rede RPPS.

De acordo com a Resolução CMN 3.022/2010 os segmentos de investimentos serão classificados como Renda Fixa, Renda Variável e Imobiliário.

V - SEGMENTO DE RENDA FIXA - ART. 7º

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataforma eletrônica e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN 3.022/2010 e a Portaria MPO 519/2011. A negociação se dará pelo lançamento de ordem de compra e venda no sistema eletrônico.

Fundos de Renda Fixa - Art. 7º

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. As operações de curto prazo não terão limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

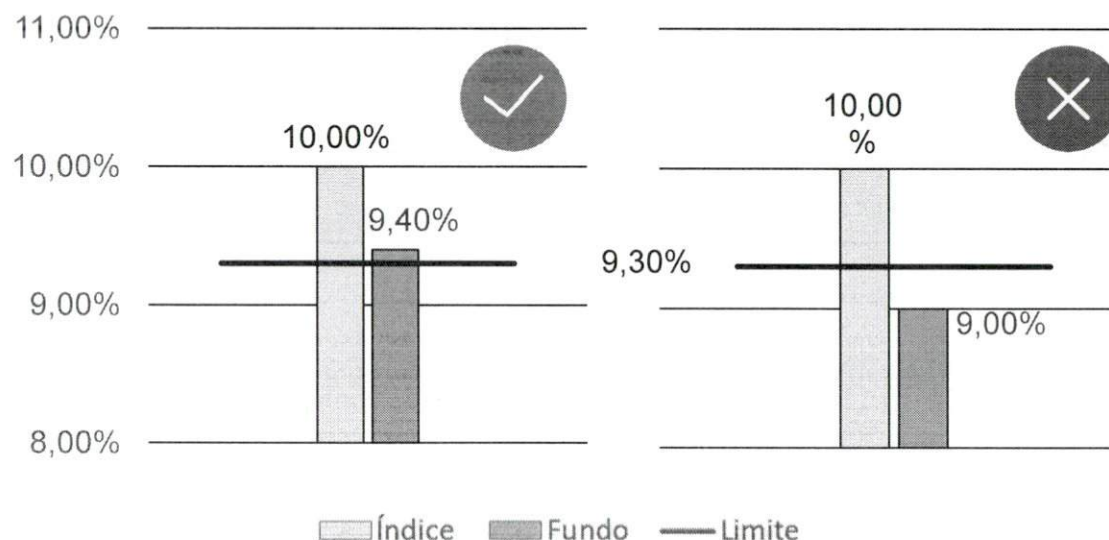
✦ Incisos I b e III - **Investimento** Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark IMA ou IDkA, a performance em doze meses do fundo poderá ser de no máximo 0,70 p.p. abaixo da performance do índice de referência. **Desinvestimento** poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for 0,80 p.p. menor do que a rentabilidade do benchmark, durante quatro meses consecutivos.

✦ Incisos IV e VII b - **Investimento** Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark CMR, a performance mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a 10% deste indicador, quando sua carteira for

Página 17

Investimento

A performance em doze meses do fundo poderá ser de no máximo 0,70 p.p. abaixo da performance do índice de referência.



Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Fixa

Artigo 7º, Incisos I, b e III, a - Fundos IMA e IDkA

Política de Investimento 2017

Quando a instituição gestora atingir 50 pontos ou mais no credenciamento de instituições financeiras junto a esta RPPS. De acordo com a Resolução CMN 3.022/2010 os segmentos de investimentos serão classificados como Renda Fixa, Renda Variável e Inteiro.

V - SEGMENTO DE RENDA FIXA - ART. 7º

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataformas eletrônicas e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN 3.022/2010 e a Portaria MP6 519/2013. A negociação se dará pelo lançamento de ordem de compra e venda em sistema eletrônico.

Fundos de Renda Fixa - Art. 7º

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valorar as diferenças nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. As operações de curto prazo não terão limite superior de percentagem dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

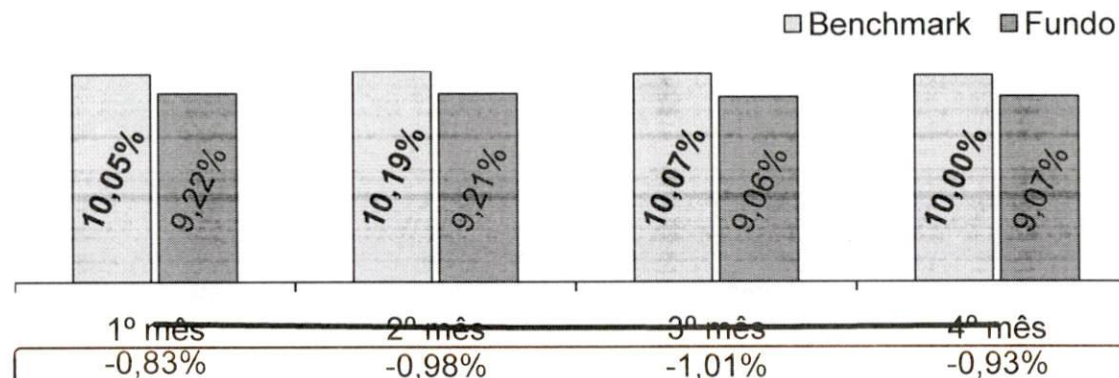
♦ Inciso I b e III - **Investimento** Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark IMA ou IDkA, a performance em doze meses do fundo poderá ser de no máximo 0,70 p.p. abaixo da performance do índice de referência. **Desinvestimento** poderá ocorrer e desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for 0,80 p.p. menor do que a rentabilidade do benchmark, durante quatro meses consecutivos.

♦ Inciso IV e VII b - **Investimento** Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark CDI, a performance média em doze meses poderá ser igual ou superior a 100% deste indicador, quando sua carteira for

Página 17

Desinvestimento

Quando a rentabilidade acumulada em doze meses for 0,80 p.p. menor do que a rentabilidade do benchmark, **durante quatro meses consecutivos**.



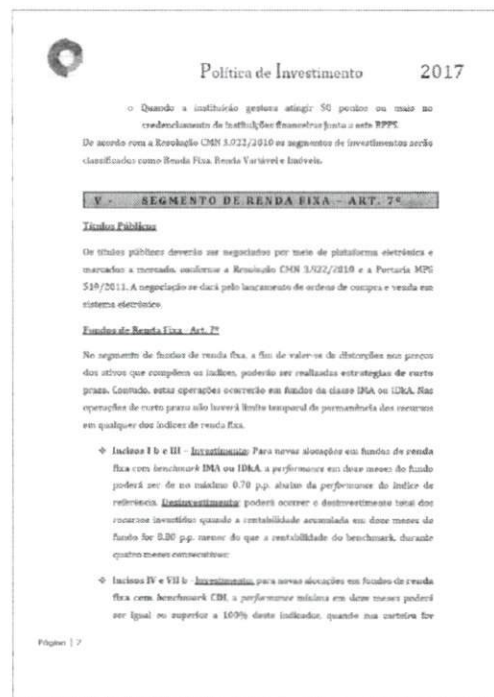
Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos

Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



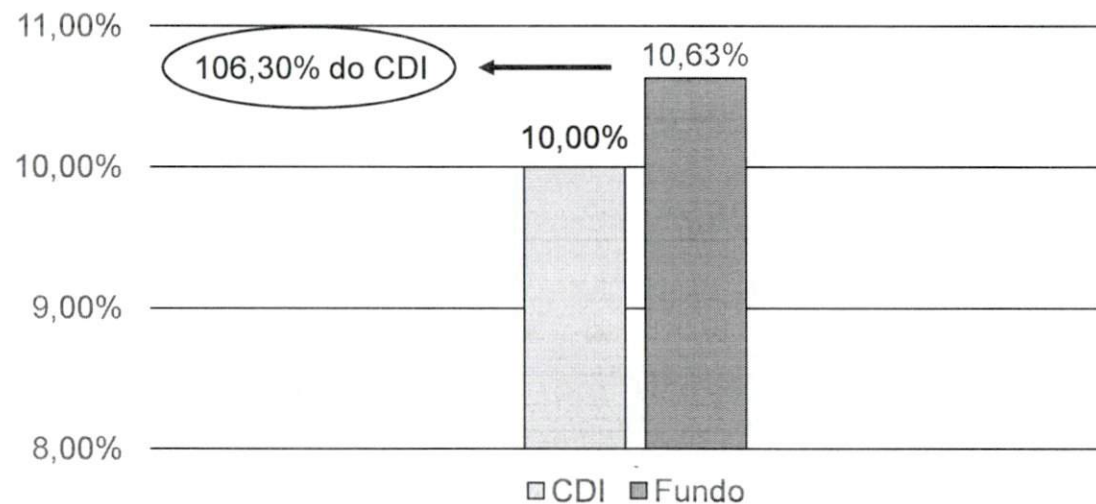
Renda Fixa

Artigo 7º, Incisos IV, a e VII, b - FI CDI e Crédito Privado



Investimento

A performance mínima em doze meses do fundo poderá ser igual ou superior a 100% do CDI.



Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Fixa

Artigo 7º, Incisos IV, a e VII, b - FI CDI e Crédito Privado



Política de Investimento 2017

Quando a instituição gestora atingir 50 pontos ou mais no credenciamento de instituições financeiras junto a esta RPPS. De acordo com a Resolução CMN 3.022/2010 os segmentos de investimentos serão classificados como Renda Fixa, Renda Variável e Imobiliário.

V - SEGMENTO DE RENDA FIXA - ART. 7º

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataformas eletrônicas e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN 3.022/2010 e a Portaria MPF 510/2011. A negociação se dará pelo lançamento de ordem de compra e venda em sistema eletrônico.

Fundos de Renda Fixa - Art. 7º

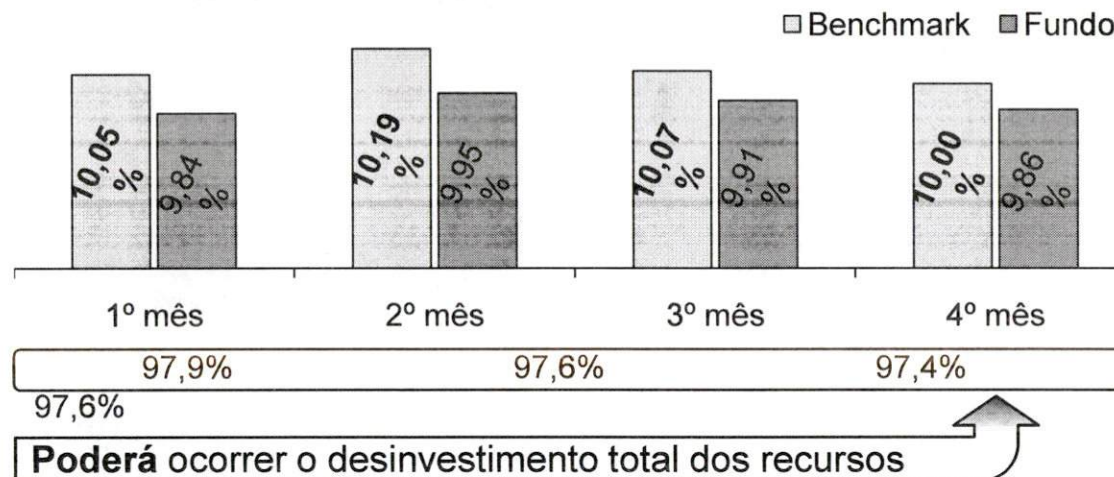
No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valorar os diferenciais nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe FPA ou FDBA. As operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

Inciso I b e III - **Investimento**: Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark IMA ou IDRA a performance em doze meses do fundo poderá ser de no máximo 0,70 p.p. abaixo da performance do índice de referência. **Desinvestimento**: Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for 0,80 p.p. menor do que a rentabilidade do benchmark, durante quatro meses consecutivos.

Inciso IV e VII b - **Investimento**: Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark CDI, a performance mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a 100% deste indicador, quando sua carteira for

Desinvestimento

Quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a 99% do CDI, **durante quatro meses consecutivos**.

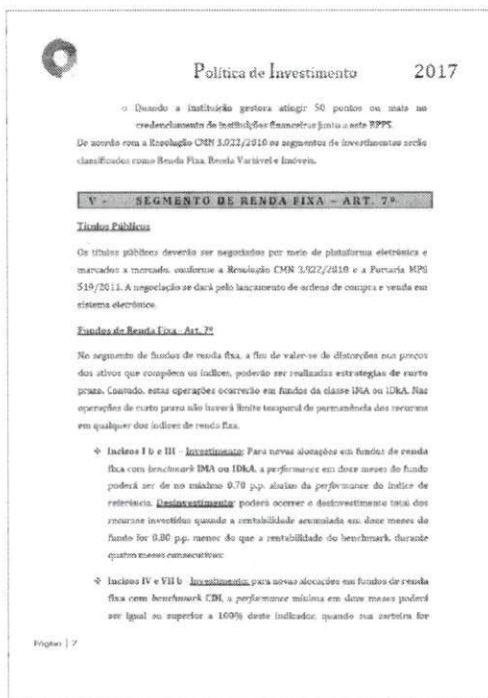


Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



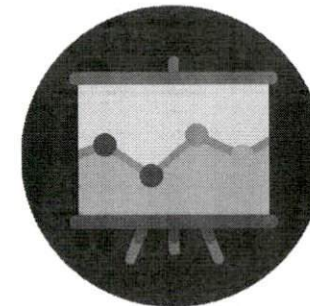
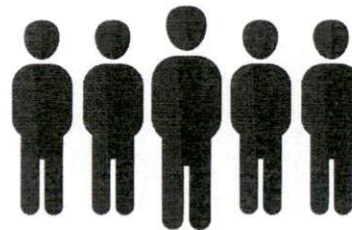
Renda Variável

Artigo 8º, Incisos I, II, III - FI IBOV, IBX e IBX50



Investim. / Desinvestim.

Pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS.



Neste sentido, fica a Diretoria/Comitê/Conselho responsável pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão.

Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Variável

Artigo 8º, Incisos IV - FI Multimercado (CDI, IMA ou IDkA)

Investimento

De preferência a performance mínima em doze meses do fundo será igual ou superior a 100% do *benchmark*.

Política de Investimento 2017

♦ Incisos IV a e VII b - Investimentos: Para novas alocações em fundos de renda fixa, com *benchmark* CDI, a performance mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a 100% deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. Desinvestimentos, poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a 00% do CDI, durante quatro meses consecutivos.

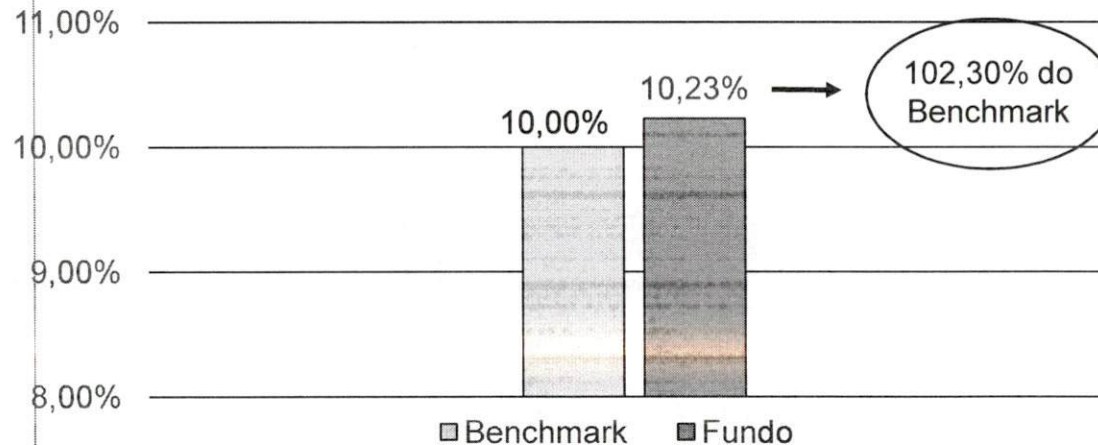
A) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL ART. 8º

Fundos de Renda Variável e Multimercados

♦ Inciso I, II, III - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos deverão estar diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do BPF. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável. Ressalta a Diretoria/Comitê de Investimentos responsável pela condução dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites das Resoluções CMN 3.322/2010 e CMN Nº 4.972/2014, além dos limites estipulados nesta Política de Investimentos.

♦ Inciso IV - Investimentos: Para novas alocações em fundos multimercados CDI, IMA ou IDkA - a performance mínima em doze meses de preferência será igual ou superior a 100% do *benchmark*. Desinvestimentos (CDI, IMA ou IDkA): Os fundos multimercados cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do *benchmark* por quatro meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%.

Página | 7




Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Variável

Artigo 8º, Incisos IV - FI Multimercado (CDI, IMA ou IDkA)

 Política de Investimento 2017

Incisos IV a e VII b - **Investimento**: Para novas alocações nos fundos de renda fixa com benchmark CDI, a performance mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a 100% deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além do caixa.

Desinvestimento poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos em crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a 99% do CDI, durante quatro meses consecutivos.

A) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL ART. 8º

Fundos de Renda Variável e Multimercado

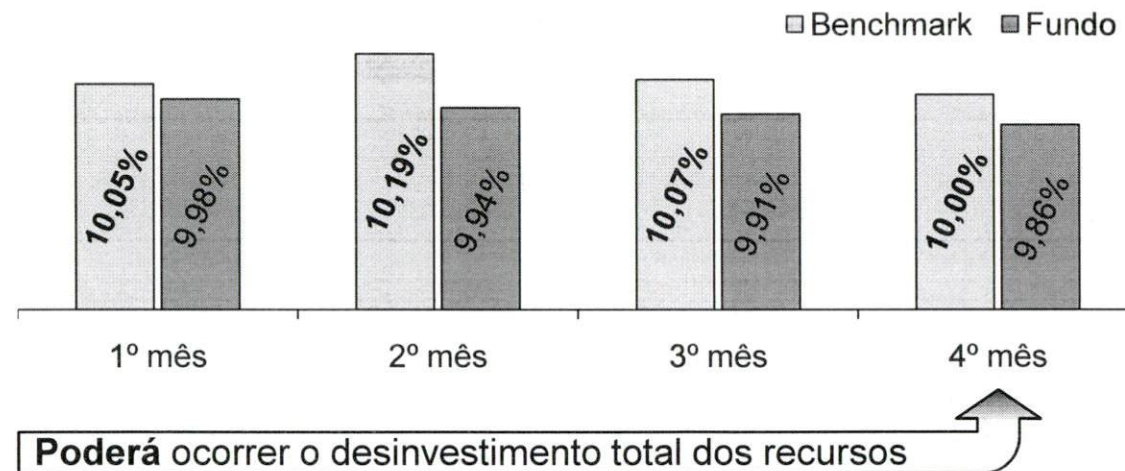
Inciso I, II, III - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, visando-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretiva estabelecida para regras e aplicações em fundos de renda variável. Sendo a Diretoria/Comitê de Investimentos responsável pela avaliação dos processos de investimento e desinvestimento, observando os limites das Resoluções CMN 1.922/2013 e CMN Nº 4.392/2014, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento.

Inciso IV - **Investimento**: Para novas alocações em fundos multimercado CDI, IMA ou IDkA - a performance mínima em doze meses de performance será igual ou superior a 100% do benchmark. **Desinvestimento (CDI, IMA ou IDkA)**: Os fundos multimercado cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do benchmark por quatro meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%.

Página 17

Desinvestimento

Quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior ao **benchmark**, **durante quatro meses consecutivos**.



Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...



Renda Variável

Artigo 8º, Incisos V e VI - FIP e FII

Investim. / Desinvestim.

Nos FII e FIP, a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando:

- A formação de sua estrutura;
- Foco setorial dos ativos que o compõem;
- A iliquidez e e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados;

Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

Política de Investimento 2017

rentabilidade em dois meses de análise do benchmark por quatro meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%

Tabela de critérios para Investimentos e Desinvestimentos

ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO	DESINVESTIMENTO
RENDA FIXA	Limitado a 12 meses	Limitado a 12 meses
7 - IJ-B	100% do IJ-B	4 meses consecutivos + 100% do IJ-B
7 - IV - CONCRETO	100% do IJ-B	4 meses consecutivos + 100% do IJ-B
7 - IV - B	100% do IJ-B	4 meses consecutivos + 100% do IJ-B
RENDA VARIÁVEL	Limitado a 12 meses	Limitado a 12 meses
8 - IV	100% do IJ-B	4 meses consecutivos + 100% do IJ-B
8 - IV	100% do IJ-B	4 meses consecutivos + 100% do IJ-B

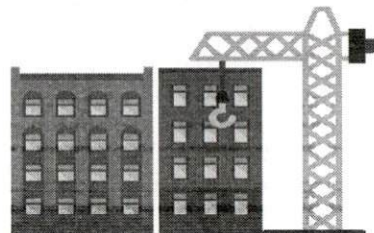
→ Fundos Imobiliários e Participações

Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

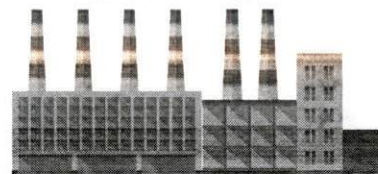
BT SEGMENTO DE IMÓVEIS - ART. 9º

Conforme a Resolução CMN 3622/2018, as aplicações no segmento de Imóveis serão estruturadas exclusivamente com os índices vinculados por lei ao Regime Próprio da Previdência Social. Desta forma, em razão da complexidade do ativo, para que não exista desconhecimento entre os fluxos de recebimento e desembolso, será realizada rigida análise da sua estrutura e viabilidade financeira.

Página | 8



Fundo de Investimentos Imobiliário



Fundo de Investimentos em Participações

Veremos alguns critérios que a PI coloca para cada segmento...

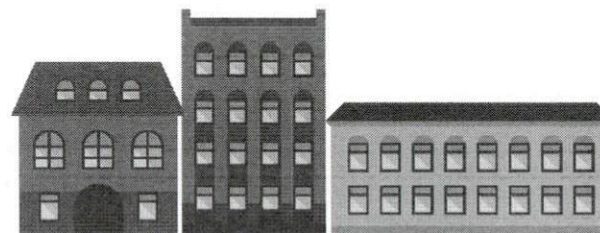


Imóveis

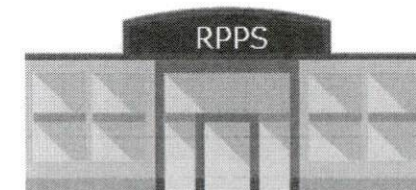
Artigo 9º

Investim. / Desinvestim.

As aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao RPPS ou aquisição de uma sede própria.



Imóveis



Sede

Para que não exista descasamento entre os fluxos de recebimento e desembolsos, será realizada rígida análise da sua estrutura e viabilidade financeira.

Política de Investimento 2017

rentabilidade em doze meses for superior ao benchmark por quatro meses consecutivos poderá ter sua posição reduzida em 100%.

Tabela de Critérios para Investimentos e Desinvestimentos

ENQUADRAMENTO	INVESTIMENTO	DESINVESTIMENTO
RENDA FIXA	Renabilidade Mensal em 12 meses	Renabilidade em 12 meses
7 - BRLR	0,70 p.p. sobre benchmark	4 meses consecutivos < 0,80 p.p. sobre benchmark
7 - IV - COMPLETO	100% do CDI	4 meses consecutivos < 99% do CDI
7 - VIB	100% do CDI	4 meses consecutivos < 99% do CDI
BONDA VARIÁVEL	Renabilidade Mensal em 12 meses	Renabilidade em 12 meses
8 - IV	100% IMA ou ICA	4 meses consecutivos < 100% do IMA ou ICA
8 - IV	100% do CDI	4 meses consecutivos < 100% do CDI

→ **Pontos Imobiliários e Participações**

Nos FII's (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP's (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, visando a formação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

B) SEGMENTO DE IMÓVEIS - ART. 9º

Conforme a Resolução CVM 3.622/2016, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao Regime Especial de Previdência Social. Desta forma, em razão da complexidade do ativo e, para que não exista descasamento entre os fluxos de recebimento e desembolsos, será realizada rígida análise da sua estrutura e viabilidade financeira.

Página | 8

Limites da PI e Estratégia...



Política de Investimento 2017

VI - LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN 2.522/2016, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e de Imobiliário. Neste sentido, cumprido com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, as aplicações do RPPS serão realizadas obedecendo aos limites da tabela de enquadramento. Além, para limites de alocação na mesma instituição financeira o RPPS seguirá a tabela abaixo:

Tabela de limites por pontuação

Nota no Credenciamento de Gestor	PL Máximo investido na Instituição
Acima de 60 pontos	100%
Entre 31 a 60 pontos	50%
Entre 21 a 30 pontos	25%
Entre 16 a 20 pontos	10%

Tabela de enquadramento

Artigo 7º - Renda Fixa	Resolução CMN	Limite PI (%)
1º (a) - Titulos de Renda Fixa - RFR	100%	100%
2º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
3º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
4º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
5º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
6º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
7º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
8º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
9º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
10º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
11º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
12º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
13º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
14º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
15º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
16º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
17º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
18º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
19º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%
20º (a) - Letras de Crédito de Renda Fixa - RFR	100%	100%

Página 10

Para limites de alocação na mesma instituição financeira o RPPS seguirá a tabela abaixo:

Nota no Credenciamento de Gestor	PL Máximo Investido na Instituição
Acima de 60 pontos	100%
Entre 31 a 60 pontos	50%
Entre 21 a 30 pontos	25%
Entre 16 a 20 pontos	10%



Esta pontuação será constituída no Processo de Credenciamento da Instituição.

Limites da PI e Estratégia...



Política de Investimento 2017

VI - LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN 1.522/2016, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e de Imóveis. Neste sentido, cumprido com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, as aplicações de RPPS serão realizadas obedecendo aos limites da tabela de enquadramento. Abaixo, para ilustre a alocação na mesma instituição financeira o RPPS seguirá a tabela abaixo:

Índice do Círculo de Referência de Gestão	PI Máxima investida na instituição
Admissão de 1º período	100%
Entre 1º e 2º período	100%
Entre 2º e 3º período	100%

Tabela de enquadramento

Artigo 7º - Renda Fixa	Resoluções CMN	Limite PI (%)
I* (a) - Títulos Tesouro Nacional - SELIC	100%	50%
I* (b) - Cotas de Fundos de Investimentos exclusivamente TTN	100%	100%
II - Operações compromissadas	15%	0%
III* (a) - Cotas de FIs classificados como RF ou Referenciados em IMA ou IDKA	80%	50%
III* (b) - Cotas de Fundos de Índices espelhadas nos subíndices IMA ou IDKA	80%	40%
IV* (a) - Cotas de FIs classificados como RF ou Ref. em indicadores de RF	30%	30%
IV* (b) - Cotas de Fundos de Índices espelhadas em outros indicadores de RF	30%	30%
V* (a) - Depósitos em Poupança	20%	0%
V* (b) - Letras Imobiliárias Garantidas	20%	20%
VI* - Cotas Sêniores de FI em Direitos Creditórios - Abertos	15%	15%
VII* (a) - Cotas Sêniores de FI em Direitos Creditórios - Fechados	5%	5%
VII* (b) - Cotas de FI Renda Fixa ou Referenciados - Crédito Privado.	5%	5%

Página 10

As aplicações do RPPS serão realizadas obedecendo aos limites de alocação da tabela de enquadramento:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	Resoluções CMN	Limite PI (%)
Artigo 7º - Renda Fixa	100%	100%
I* (a) - Títulos Tesouro Nacional - SELIC	100%	50%
I* (b) - Cotas de Fundos de Investimentos exclusivamente TTN	100%	100%
II - Operações compromissadas	15%	0%
III* (a) - Cotas de FIs classificados como RF ou Referenciados em IMA ou IDKA	80%	50%
III* (b) - Cotas de Fundos de Índices espelhadas nos subíndices IMA ou IDKA	80%	40%
IV* (a) - Cotas de FIs classificados como RF ou Ref. em indicadores de RF	30%	30%
IV* (b) - Cotas de Fundos de Índices espelhadas em outros indicadores de RF	30%	30%
V* (a) - Depósitos em Poupança	20%	0%
V* (b) - Letras Imobiliárias Garantidas	20%	20%
VI* - Cotas Sêniores de FI em Direitos Creditórios - Abertos	15%	15%
VII* (a) - Cotas Sêniores de FI em Direitos Creditórios - Fechados	5%	5%
VII* (b) - Cotas de FI Renda Fixa ou Referenciados - Crédito Privado.	5%	5%

Estes limites são uma sugestão da SMI Consultoria, ficando a critério do RPPS a alteração.

Limites da PI e Estratégia...



Política de Investimento 2017

VI - LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN 3.522/2010, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e de Imobiliário. Neste sentido, cunhado com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, as aplicações de RPPS serão realizadas obedecendo aos limites da tabela de enquadramento. Abaixo, para limites de alocação na mesma instituição financeira o RPPS seguirá a tabela abaixo:

Nota do Conselho Monetário de Gestão	PI Máximo investido na instituição
Abaixo de 10 pontos	100%
Entre 10 a 15 pontos	100%
Entre 16 a 18 pontos	100%

Tabela de enquadramento
LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Resolução CMN	Limite PI (%)
Artigo 7º - Renda Fixa	100%
Artigo 8º - Renda Variável	30%
I - Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em Ações	10%
II - Cotas de Fundos de Investimentos em fundos de índice de Ações	07%
III - Cotas de fundos de Investimentos em Ações	09%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado - aberto	5%
V - Cotas de Fundo de Investimentos em Participações - fechado	5%
VI - Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliário - Cotas negociadas em bolsa	5%

Página | 9

As aplicações do RPPS serão realizadas obedecendo aos limites de alocação da tabela de enquadramento:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	Resoluções CMN	Limite PI (%)
Artigo 8º - Renda Variável	30%	30%
I - Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em Ações	30%	10%
II - Cotas de Fundos de Investimentos em fundos de índice de Ações	20%	07%
III - Cotas de fundos de Investimentos em Ações	15%	09%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado - aberto	5%	5%
V - Cotas de Fundo de Investimentos em Participações - fechado	5%	5%
VI - Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliário - Cotas negociadas em bolsa	5%	5%

Estes limites são uma sugestão da SMI Consultoria, ficando a critério do RPPS a alteração.

Vedações e recomendações impostas nesta PI...



Política de Investimento 2017

Ativo	PNV	PNV
1 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Ação	20%	13%
2 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa	20%	10%
3 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Variável	10%	10%
4 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%
5 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%
6 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%
7 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%
8 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%
9 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%
10 - Cotas de Fundos de Investimento: Interfundos em Renda Fixa e Renda Variável	10%	10%

VII - VEDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o NOME DO RPPS... deverá obedecer todas as diretrizes e normas emitidas nas Resoluções CMN 3.822/2010 e CMN Nº 4.392/2014. As definições e classificações dos produtos de investimento também devem seguir as práticas das Resoluções CMN 3.822/2010 e CMN Nº 4.392/2014. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

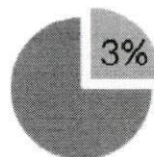
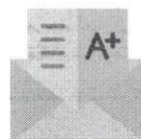
- ✦ **Fundos Renda Fixa e Multimercado** - Serão admitidas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira. No caso de DPGs e das CDBs (se o valor do ativo for até R\$ 250.000,00 de um mesmo emissor), os ativos não poderão ser de nota de risco. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo.
- ✦ **FIPs e FIBs** - Será vedada a aplicação de recursos em fundos de participações ou fundos imobiliários cujos gestores possuam patrimônio líquido inferior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de preferência comprovados pela rating da AGENCIA. Além disso, é recomendada a segregação, também por empresas controladas, entre as

Página | 10

As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

Fundos Renda Fixa e Multimercado


É vedada aplicação em Fundos que não compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, **preferencialmente com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira.**



A totalidade dos **ativos não enquadrados** nas classificações de risco nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados **poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo.**

Vedações e recomendações impostas nesta PI...





Política de Investimento

2017

Artigo 9º - Fundo Vedado	RPN	RPN
1 - Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em Ações	30%	1,8%
2 - Cotas de Fundos de Investimento em Ações de Índice de Ações	30%	10%
3 - Cotas de Fundos de Investimento em Ações de Índice de Ações	10%	10%
4 - Cotas de Fundos de Investimento Multimercado - Aberto	5%	5%
5 - Cotas de Fundos de Investimento em Multiplataforma - Fechado	5%	5%
6 - Cotas de Fundos de Investimento em Multiplataforma - Aberto	5%	5%

1. Não se aplica em caso de fundo e ativo para regular os limites de alocação e exposição em valores.

VII - VEDAÇÕES

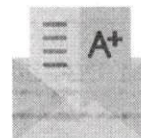
Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o NOME DO RPPS... deverá observar todas as diretrizes e normas estabelecidas nas Resoluções CMN 3.921/2010 e CMN Nº 4.392/2014. As diretrizes e classificações dos produtos de investimento também devem seguir os padrões das Resoluções CMN 3.921/2010 e CMN Nº 4.392/2014. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

- ♦ **Fundos Fundo Fixo e Multimercado** - Serão admitidas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira. No caso de DFGs e das CUBs (se o valor do ativo for até R\$ 250.000,00 de um mesmo emissor), os ativos não poderão ser de risco de risco. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo.
- ♦ **FIPs e FII** - Será vedada a aplicação de recursos em fundos de participações em fundos imobiliários cujos gestores possuam participação no fundo inferior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) de propriedade comprovada pelo ranking da ANSINA. Além disso, é recomendada a segregação, também por empresa controladora, entre as

Página | 10

As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

FIDC



De preferência serão realizadas aplicações em FIDC cuja nota de risco for no mínimo (A), por agência de risco estrangeira.

Multimercado



É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 5% do patrimônio em FIP e FII.

Vedações e recomendações impostas nesta PI...



Política de Investimento 2017

Ativo	10%	20%
1 - Cotas de Fundos de Investimento Multimercado em ações	30%	13%
2 - Cotas de Fundos de Investimento em Ações de Índice de Ações	30%	10%
3 - Cotas de Fundos de Investimento em Ações	15%	10%
4 - Cotas de Fundos de Investimento Multimercado - Valor	20%	5%
5 - Cotas de Fundos de Investimento em Participações - Valor	20%	5%
6 - Cotas de Fundos de Investimento em Derivados - Valor	20%	5%

VII - VEDAÇÕES

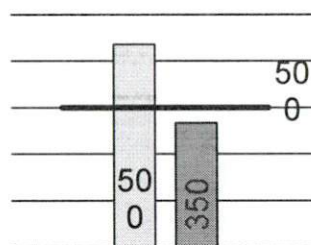
Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o NOME DO RPPS... deverá obedecer todas as diretrizes e normas estabelecidas nas Resoluções CMN 3.922/2010 e CMN Nº 4.392/2014. As definições e classificações dos produtos de investimento aqui citados devem seguir os padrões das Resoluções CMN 3.922/2010 e CMN Nº 4.392/2014. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

- **Fundos Renda Fixa e Multimercado** - Serão efetuadas aplicações apenas em Fundos que apresentem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, com classificação mínima (BBB) por agência rating. No caso de DPGs e das CDBs (se o valor do ativo for até R\$ 250.000,00 de um mesmo emissor), os ativos não poderão ser de nota de risco. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercado poderão representar no máximo 5% do patrimônio do fundo.
- **FIPs e FIBs** - Será vedada a aplicação de recursos em fundos de participações ou fundos imobiliários cujos gestores possuam, patrimonial ou gestão inferior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de preferência comprovados pelo ranking da ANBIMA. Além disso, é recomendada a segregação, também por empresas controladoras, entre as

Página | 10

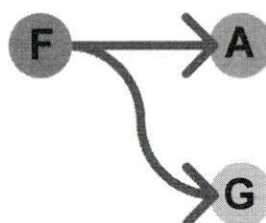
As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

FIP e FII



Fica vedada a aplicação de recursos em **FIP ou FII** cujos gestores possuírem patrimônio sob gestão inferior a **R\$500.000.000,00** (quinhentos milhões de reais), de preferência comprovados pelo ranking da **ANBIMA**.

É recomendada a segregação das atividades de gestão e administração do fundo, **para as instituições que não atingirem pelo menos 50 pontos no credenciamento**.



Seleção dos produtos para investimentos...



É de competência da Diretoria do RPPS, a seleção dos produtos para discussão no Comitê de Investimentos, elaborando um relatório técnico, observando as exigências do Credenciamento e os itens abaixo:

- A – Análise das medidas de **risco**;
- B – Análise dos índices de **performance**;
- C – Análise de **índices de eficiência**;
- D – **Análise do regulamento** evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- E – **Análise da carteira do fundo** com relação à **carteira do benchmark**. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F – Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de **FIP FII e FIDC**. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G – **Enquadramento**;

Mais Segurança e transparência...

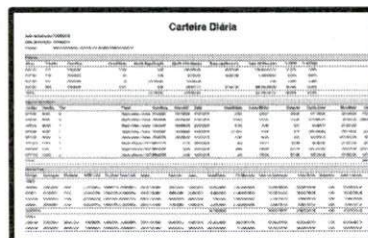
Por meio da PI, estabelecemos critérios de transparência e governança aos RPPS, em seus processos internos de investimentos.



Credenciamento das
Instituições Financeiras
e Agentes Autônomos



Disponibilização dos
Resultados



Carteira Diária									
Ativo	Valor	Rating	Valor	Rating	Valor	Rating	Valor	Rating	Valor
Ativo 1	1000000	A	1000000	A	1000000	A	1000000	A	1000000
Ativo 2	2000000	B	2000000	B	2000000	B	2000000	B	2000000
Ativo 3	3000000	C	3000000	C	3000000	C	3000000	C	3000000
Ativo 4	4000000	D	4000000	D	4000000	D	4000000	D	4000000
Ativo 5	5000000	E	5000000	E	5000000	E	5000000	E	5000000

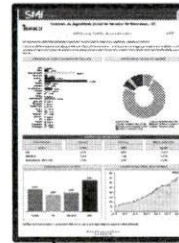
Abertura das Carteiras
e *Rating* dos Ativos

Mais Segurança e transparência...

Por meio da PI, estabelecemos critérios de transparência e governança aos RPPS, em seus processos internos de investimentos.



**Credenciamento das
Instituições Financeiras
e Agentes Autônomos**



**Disponibilização dos
Resultados**

A screenshot of a table titled "Carteira Diária". The table displays financial data, including columns for "Ativo", "Valor", "Peso", "Rating", and "Setor". The data is organized in a structured format, likely representing a daily portfolio overview.

**Abertura das Carteiras e
Rating dos Ativos**

Modelo de Credenciamento...

O modelo de credenciamento a ser seguido pelas instituições que desejarem se credenciar será o modelo divulgado pelo **Ministério da Previdência**

Além disso, as instituições gestoras que desejarem receber recursos do RPPS **deverão ser signatárias do código ANBIMA**, assim como os administradores dos fundos contratados pelo gestor.

Como regra, as instituições gestoras que alcançarem no mínimo 50 pontos, automaticamente estarão credenciadas na modalidade administradores, caso contrário, deverá ser realizado dois credenciamentos, um para o gestor e outro para o administrador.

Termo de Credenciamento

De acordo com o que estabelece o Decreto nº 1.112, de 14 de agosto de 2004, e suas alterações, as instituições financeiras devem efetuar o credenciamento junto ao RPPS para serem aptas a receber recursos em nome dele.

Entendemos que o credenciamento desta instituição, bem como o reconhecimento do Questionário Profa ANBIMA (que integra o termo de credenciamento) e demais anexos, em regular forma representativa perante os componentes de atuação de recursos na instituição credenciada, uma vez que o credenciamento representa tão somente uma representação de instituição junto ao RPPS.

Obs.: a numeração dos termos deste termo segue a mesma de termo oficial publicado pelo RPPS.

Número do termo de trabalho de Credenciamento: Número sequencial padrão - termo está vinculado indicativo 001

Número do processo administrativo: Número sequencial padrão - termo está vinculado indicativo 001

Documento de solicitação de credenciamento: Modelo que define a instituição

I - IDENTIFICAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

Estado Federativo: UF:

Unidade Gestora do RPPS: CNPJ:

Passou credenciar prestadora para esta federativa para credenciamento ou atuação de recursos do RPPS? ☐

Tipo de ato normativo/institucional: Data:

Condição (se não for credenciamento):

II - LISTA DE DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA INSTITUIÇÃO

01:

02:

03:

04:

III - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA INSTITUIÇÃO

Nº	Descrição do Documento	Data de Recebimento	Data de Validade (se aplicável)
1	Credenciamento Profa ANBIMA para todos os segmentos - seção I e anexos	28/12/2013	Selular no termo
2	Atestado de funcionamento no RPPS credenciado pelo RPPS	24/06/2013	
3	Carteira de identidade funcional	11/01/2014	13/06/2016
4	Carteira de identidade funcional no RPPS	11/01/2014	09/11/2016
5	Carteira de identidade funcional e demais documentos federais e 1.000.000 de reais	28/06/2014	25/12/2016
6	Carteira de identidade funcional e demais documentos federais e 1.000.000 de reais	15/07/2014	13/06/2016

Documento assinado pelo RPPS e assinado pela instituição

TERMO DE ASSINATURA DE CREDENCIAMENTO

Assinatura do representante legal da instituição credenciada:

Assinatura do representante legal do RPPS:

ANEXO DE CLASSIFICAÇÃO

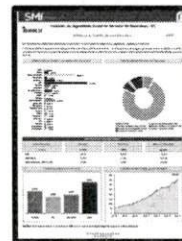
SMI

Mais Segurança e transparência...

Por meio da PI, estabelecemos critérios de transparência e governança aos RPPS, em seus processos internos de investimentos.



Credenciamento das
Instituições Financeiras
e Agentes Autônomos



Disponibilização dos
Resultados

Carteira Diária

Ativo	Descrição	Valor	Rating	Setor
1	Ativo 1	1000000	A+	Setor 1
2	Ativo 2	2000000	A	Setor 2
3	Ativo 3	3000000	A-	Setor 3
4	Ativo 4	4000000	B+	Setor 4
5	Ativo 5	5000000	B	Setor 5
6	Ativo 6	6000000	B-	Setor 6
7	Ativo 7	7000000	C+	Setor 7
8	Ativo 8	8000000	C	Setor 8
9	Ativo 9	9000000	C-	Setor 9
10	Ativo 10	10000000	D+	Setor 10

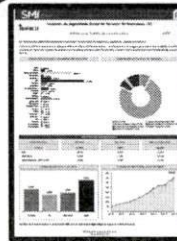
Abertura das
Carteiras e *Rating* dos
Ativos

Mais Segurança e transparência...

Por meio da PI, estabelecemos critérios de transparência e governança aos RPPS, em seus processos internos de investimentos.



Credenciamento das
Instituições Financeiras
e Agentes Autônomos



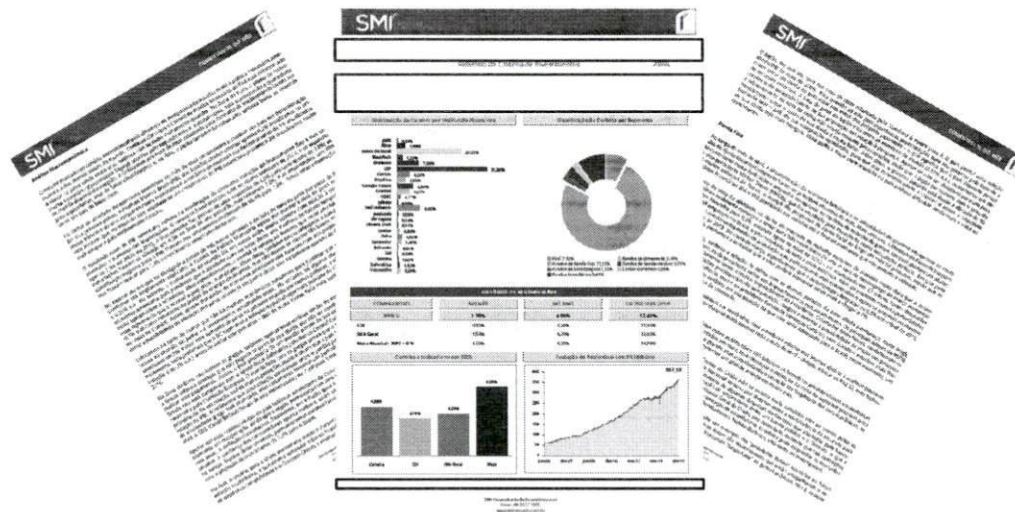
Disponibilização dos
Resultados



Carteira Diária									
para RPPS - RPPS									
Data: 01/01/2023									
Resumo da Carteira									
Ativo	Quantidade	Valor	Valor Médio	Valor Máximo	Valor Mínimo	Valor Médio	Valor Máximo	Valor Mínimo	Valor Médio
Ativo 1	1000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
Ativo 2	2000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000
Ativo 3	3000	300000	300000	300000	300000	300000	300000	300000	300000
Ativo 4	4000	400000	400000	400000	400000	400000	400000	400000	400000
Ativo 5	5000	500000	500000	500000	500000	500000	500000	500000	500000
Ativo 6	6000	600000	600000	600000	600000	600000	600000	600000	600000
Ativo 7	7000	700000	700000	700000	700000	700000	700000	700000	700000
Ativo 8	8000	800000	800000	800000	800000	800000	800000	800000	800000
Ativo 9	9000	900000	900000	900000	900000	900000	900000	900000	900000
Ativo 10	10000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000	1000000

Abertura das Carteiras
e *Rating* dos Ativos

Disponibilização dos Resultados...



Mensalmente: Disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar a **distribuição da carteira por instituição;**

Bimestralmente: Enviar o relatório de gestão ao Conselho de Administração, que evidencie detalhadamente a carteira de investimentos.

SMI Consultoria de Investimentos
recomendacoes@smiconsult.com.br

www.smiconsult.com.br

Florianópolis

Rua Dom Jaime Câmara, 170 - Prime Tower - 8º andar
CEP: 88015-120 – Centro - SC
Tel: + 55 48 3037 1004 / Fax: + 55 48 3037 1010

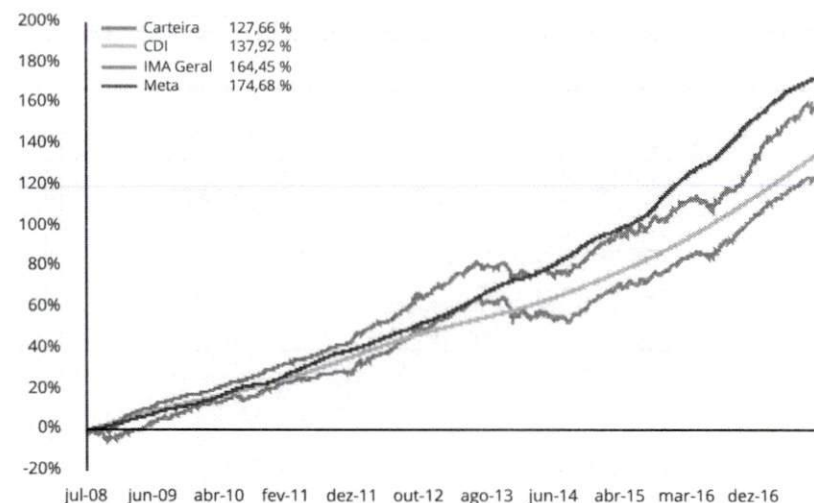
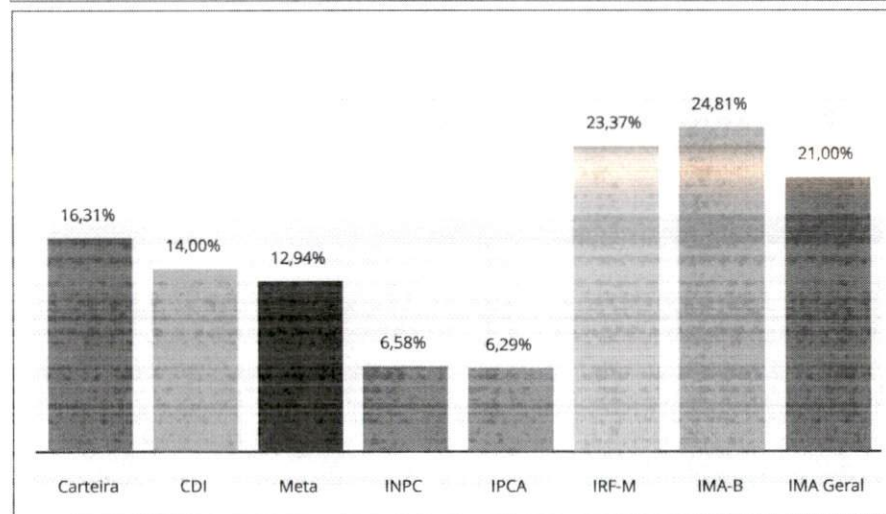
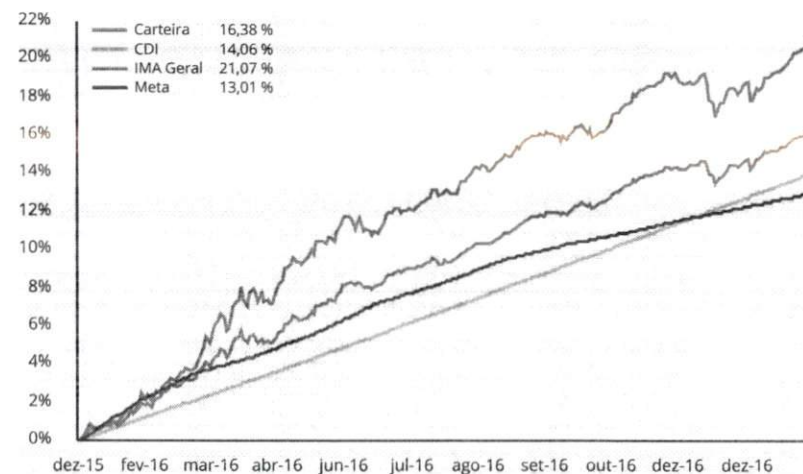
Porto Alegre

Av. Carlos Gomes, 222 – 8º andar
CEP: 90480-000 – Bairro Boa Vista - RS
Tel: + 55 51 3378 1046





Mês	Carteira	CDI	IMA G	Meta	% CDI	% IMA G	% Meta
Janeiro	1,67	1,05	2,02	2,00	159%	83%	84%
Fevereiro	1,55	1,00	1,69	1,44	155%	92%	108%
Março	1,78	1,16	3,42	0,93	154%	52%	193%
Abril	1,82	1,05	2,89	1,13	172%	63%	161%
Mai	0,97	1,11	0,42	1,47	88%	231%	66%
Junho	1,06	1,16	1,81	0,96	91%	58%	111%
Julho	1,37	1,11	1,66	1,13	124%	83%	122%
Agosto	1,15	1,21	1,03	0,80	95%	112%	144%
Setembro	1,35	1,11	1,53	0,57	122%	88%	238%
Outubro	0,85	1,05	0,90	0,66	81%	94%	129%
Novembro	0,29	1,04	(0,00)	0,56	28%	-21.120%	52%
Dezembro	1,34	1,12	1,88	0,63	120%	71%	215%
Total	16,31	14,00	21,00	12,94	116%	78%	126%

Gráfico Rentabilidade da Carteira x CDI x IMA Geral x Meta (acumulado)

Carteira x Indicadores em 2016

Gráfico Rentabilidade da Carteira x CDI x IMA Geral x Meta (em 252 dias úteis)




GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



RESUMO DE RESPOSTAS - RELATORIO DE ANALISE ANUAL DE 2015

CONSELHEIRO RELATOR: WAGNER GARCIA DE FREITAS

RECOMENDAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
R1 - Recomendação para que os gestores do RPPS promovam a adequação da Lei Orçamentária Anual – LOA da Unidade Orçamentária 13020 - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON (Unidade Administrativa) retirando a previsão de arrecadação de Contribuições Sociais do RPPS e transfira os domicílios bancários que ainda movimentam recursos vinculados exclusivamente à Unidade Orçamentária 13011 – Fundo Previdenciário Financeiro.	<p>R1 - Ao informar a previsão de receita para compor a receita orçamentária a ser utilizado na elaboração da LOA, o Instituto não prevê arrecadação de contribuição social do RPPS para Unidade Orçamentária 13020, somente transferência financeira calculada em até 1,18% sobre as despesas líquidas com a folha do Estado. A projeção da receita é feita com base na arrecadação somente para os Fundos: Previdenciário Financeiro – UG 13011 e Previdenciário Capitalizado - UG 13012.</p> <p>Ressalte-se que a inconsistência apresentada nos exercícios anteriores eram decorrentes de lançamento do orçamento anual realizado pela SEPOG. Em 2016, informamos que o IPERON (UG 13020) não era fonte arrecadadora, conforme Ofício nº 1918/GAB/IPERON, em anexo. Assim, em 2016 a SEPOG executou o ajuste orçamentário.</p> <p>Dessa forma, a Recomendação apresentada foi corrigida.</p>	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



<p>R2 - Recomendação para que os gestores do RPPS para que cumpram o § 2º. do Art. 84 da Lei Complementar nº 783, DE 16 DE JUNHO DE 2014, Alterou a Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008 que prever repasses mensal, de no mínimo 10% (dez por cento) da receita oriunda da compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos de geração de energia elétrica ao Fundo Financeiro do IPERON, nos termos de ato administrativo específico, após aprovação do Conselho Superior Previdenciário alterando a Lei Orçamentária Anual inserindo esses recursos e que a Caixa Econômica Federal responsável pelo Estudo atuarial do ente elabore plano de amortização para cobrir déficit do Fundo Previdenciário Financeiro para proporcionar equilíbrio financeiro e atuarial.</p>	<p>R2 - Com a implementação da LC 783/2014 o Montante repassado pelo Tesouro Estadual no período de janeiro de 2015 a novembro de 2016, foi de R\$ 11.598.025,40, incluindo os rendimentos dos recursos recebidos aplicados em Títulos de BB Previdência Referenciado Perfil. o Recebimento dos recursos financeiro repassados pela SEFIN-RO, através de Transferência Financeira, cujo registro da receita já foi feito, não é incluído no orçamento da UG 13011, uma vez que já constou no orçamento da SEFIN-RO, os lançamentos de receita.</p> <p>Na Avaliação Atuarial há urna previsão de plano de amortização, para cobertura de déficit do Fundo Previdenciário Financeiro, como o aumento de alíquota, e também a exclusão das despesas com auxílio saúde e salário doença, neste caso o recebimento dos recursos hídricos servem apenas de aporte financeiro.</p>	
<p>R3 - Recomendamos para que os gestores do RPPS determinem a Diretoria Financeira que efetue levantamento com a finalidade de</p>	<p>R3 Em 22/12/2016, o saldo da conta na 113610902 é R\$ 0,00, uma vez que trata-se de conta para pagamento de obrigações referente encargos sobre folha de pagamento,</p>	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



corrigir a diferença R\$ 1.297,60 na contas correntes nº 0012757X85278 na conta contábil 113610902 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados- Consignações, conforme item 4.4.1.3 Ativo Circulante - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.	denominando de depósitos Restituíveis e valores vinculados, a partir da recomendação do Conselho fiscal , foram tomadas medidas no sentido de manter o controle desta conta, evitando que saldos ficassem para o ano seguinte.	
R4 – Recomendamos aos gestores do RPPS, que determine a Gerencia de Contabilidade a constituição de provisão para perdas em investimentos para suportar eventuais aplicações ou investimentos malsucedidos em observância ao princípio da prudência, que recomenda manter os menores valores para o ativo, ajustando-se, para menos, os valores de transações com o mundo exterior que trazem em si o risco de um eventual não-recebimento.	R4 A conta de Ajuste de Perdas Com Títulos, foi inscrita no mês de julho, uma vez que os valores para inscrição tem que obedecer os critérios técnicos, que somente a empresa de consultoria poderia fornecer, após o fornecimento dos valores a ser inscritos pela Soma é que tomamos as providencias. Na UG 13011 conta contábil 114.91.01.00 valor inscrito R\$ 23.500.000,00 Na UG 13012 conta contábil 114.91.01.00 valor inscrito R\$ 12.536.676,49	
R5 – Recomendamos aos gestores do RPPS, que corrija a diferença de R\$ 830,00 na 1.1.3.1.1.01.05 Viagens – adiantamento, realizando a baixa do crédito, considerando que o controle gerencial indica não haver pendências de prestação de contas a ser apresentada.	R5 O saldo da conta na 113110105 Viagens e adiantamentos apresenta o saldo abaixo: 130020-13020-11311.01.05- P.0002/0002 TRANSPORTE 1.190,00D 22DEZ2016 130020 13020 2016NL00493 545869 150,00D	Super/SEFIN providenciando regularização



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



	22DEZ2016 130020 13020 2016NL00493 545869 175,00D 1.515,00D 23DEZ2016 130020 13020 2016DL00892 515200 175,00C 23DEZ2016 130020 13020 2016DL00893 515200 150,00C 23DEZ2016 130020 13020 2016NL00498 540869 180,00C 23DEZ2016 130020 13020 2016NL00498 540869 180,00C 830,00D (130020 13020 _) _ (1-ESPELHO CONTABIL 2-DOCUMENTO)	
R6 – Recomendamos aos gestores do RPPS, que realize ação de recuperação do ativo no valor R\$ 1.085.101,14 apurados em tomada de contas especiais em desfavor de Francisco das Chagas Guedes no valor de R\$ 1.082.485,24, Jose de Ribamar Silva no montante de R\$ 1.403,42 e Agenor Carlos Sales da Silva de R\$ 1.212,48 registrados na conta contábil 1.1.3.4.1.02 Créditos por Danos ao Patrimônio.	R6 Os valores registrados na conta contábil 1.1.3.4.1.02 Créditos por danos ao Patrimônio, no valor de R\$ 1.085.101,14 em favor de: a)- José de Ribamar Silva valor de R\$ 1.403,42, referente a processo de Tomada de Contas de diárias, encontra-se ainda no Tribunal de Contas, aguardando providencias; b)- Agenor Carlos Sales da Silva valor de R\$ 1.212,48, referente a processo de Tomada de Contas de diárias, encontra-se ainda no Tribunal de Conta, aguardando providencias; c)- Francisco das Chagas Guedes valor de R\$ 1.082.485,24, referente a prestação de contas do exercício de 1.998, encontra se em fase de recursos, onde o valor atualizado do debito em 20/01/2016 foi de R\$ 2.171.979,59, a recuperação dos ativos dependem agora da decisão do Tribunal de Contas. O que coube ao	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



	IPERON, já foi feito através da Tomada de Contas e a inscrição dos valores.	
R7 – Recomendamos aos gestores do RPPS, a transferência do valor de R\$ 293.539,32 da conta 1.1.1.1.1.19.02 Bancos Conta Movimento para a conta 1.1.3.6.10.902 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consignações na Unidade Administrativa (UG 130020) para fazer frente ao passivo registrado na conta 2.1.8.8.0.00.00 Valores Restituíveis.	R7 Em 2211012016, os valores inscritos na conta 113.510.902, é o mesmo que o valor inscrito na conta 218.830.103 ou seja R\$ 2.142,22, portanto os valores apresentados na recomendação R7 de R\$ 293. 539, 32 já foram regularizados.	
R8 – Recomendamos aos gestores que promovam cobrança judicial com a finalidade de recuperar valor aplicado em LFT no BASA de R\$ 597.666,11 desde dezembro/2011.	R8 Os valores apresentados Pelo IPERON, que hoje apresentamos no Realizável a Longo Prazo, cujo montante de R\$ 597.666,11, originou-se ainda no exercício de em 2005, com uma Ação Ordinária movida pelo IPERON, contra o BANCO BASA S/A, em uma aplicação feita pelo Banco no falido BANCO SANTOS. Foram devolvidos aos cofres do IPERON, através da Justiça Estadual apenas o valor principal aplicado na época ou seja R\$ 11.200.000,00 (Onze milhões de duzentos mil reais), e os rendimentos auferidos no período, ou seja o valor de R\$ 597.666,11, ainda encontra-se pendente de julgamento no	Providencias: Ação Judicial proposta em Tramite. Número do Processo: 7038409-75.2016.8.2.0001 Classe Judicial: PROCEDIMENTO ORDINARIO (7) Órgão Julgador: Porto Velho. 2a Vara de Fazenda Pública Órgão Julgador Colegiado:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



	STJ, uma vez que o Banco BASA S/A, interpôs Recursos Especial e Extraordinário.	Data de Distribuição: 26 de Julho de 2016. Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATERIAS DE DIREITO Público – Atos Administrativos Improbidade Administrativa Enriquecimento Ilícito.
R9 – Recomendamos aos gestores que promovam o imediato recolhimento das consignações registradas na conta Valores restituíveis no montante de 293.719,30 retidos quase que na totalidade no ano de 2014.	R9 Portanto os valores apresentados na recomendação R9 de R\$ 293.539,32 já foram regularizados, conforme item R7.	
R10 – Recomendamos aos gestores do RPPS, que determine a Gerencia de Contabilidade que efetue os registros da realização da receita pelo regime de competência, conforme determinado no MCASP.	R10 Em 02/05/2016, através de Ofício nº 1091/GECON/DAF/GAB/PERON, solicitamos alterações no Plano de Contas aplicado ao setor publico e a seguinte providencia: Criação de contas e eventos para a contabilização das receitas pelo regime de competência. Em resposta a SUPER/SEFIN através do Ofício nº 355/2016/SUPER/SEFIN/RO de 21/06/2016, esclarece que as medidas solicitadas estão em faze de desenvolvimento, e que somente seria	Ofício SUPER/SEFIN, cópia anexo. Item não atendido até a presente data. Providencia: Reiterar Oficio a SUPER/SEFIN.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



	possível atender a solicitação a partir de 2017.	
R11 - Recomendamos que a Administração Superior do IPERON busque implementar, com a brevidade possível, a Decisão Normativa nº 002/2016/TCE, considerando que o Relatório da Auditoria Interna do IPERON se limitou a conciliar as contas. Não fez qualquer análise qualitativa, nem relatório conclusivo, isto é, não emitiu parecer sobre a regularidade e correção dos lançamentos, nem tão pouco quanto à gestão financeira, e, de acordo com a Decisão Normativa nº 002/2016/TCE-RO, o Sistema de Controle Interno de cada instituição tem "a finalidade de promover a salvaguarda dos ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas, orçamentos e das políticas administrativas, bem como verificar a exatidão, a fidelidade das informações, assegurando a legalidade, legitimidade, transparência e efetividade da receita e dos gastos públicos, de maneira a ser o controle executado no	R11 Informações detalhadas MEMO Nº 113/AUDINT/IPERON, cópia anexo.	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



âmbito interno do ente controlado e com o objetivo de propiciar aos gestores uma razoável margem de segurança acerca da conformidade dos atos”.		
R12 – Recomendamos que os Gestores do IPERON, utilizem, entre outros instrumentos, as informações do Cálculo Atuarial para elaborar a estimativa da receita e fixação da despesa dos Fundos Financeiro e Capitalizado, na elaboração da proposta orçamentária. Isso se mostra necessário em razão das expressivas diferenças entre a receita estimada e arrecada, apuradas nos exercícios de 2014 e 2015.	R12 A diferença entre a receita estimada e a arrecada no exercício de 2014 e 2015, no Fundo Capitalizado, deve-se ao fato de que há uma migração de servidores entre os fundos, devido ao um erro na segregação da folha de pagamento, o erro foi detectado pela equipe criada pelo Governo do Estado para elaboração do calculo atuarial.	
R13 – Recomendamos aos gestores do RPPS que, ao final de cada exercício, façam um comparativo entre os valores informados na projeção do fluxo financeiro do cálculo atuarial e o executado no exercício.	R13 A projeção do fluxo financeiro do calculo atuarial é feito com base nos dados fornecidos pela folha de pagamento da SARH, o executado é feito pela receita recebida, a diferença apontada pode ser os auxílios descontados nos repasses, onde o montante é bem significativo.	
R14 – Recomendamos que o Comitê de Investimentos emita mensal e anualmente pareceres sobre as políticas	R14 Informações detalhadas Memorando nº 022/CIPERON/2016, cópia anexo.	Sugeri apresentar modelo padrão a ser adotado pelo CIPERON.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



e estratégias de alocação de portfólio de investimentos do RPPS, sempre observando os regulamentos e diretrizes gerais pertinentes e a Política de Investimento.		
--	--	--

RESUMO DE RESPOSTAS - RELATORIO DE ANALISE JULHO DE 2016

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA A COSTA BEZERRA

RECOMENDAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
R1 - Recomendação para que os gestores do RPPS para que cumpram o § 2º. do Art. 84 da Lei Complementar nº 783, DE 16 DE JUNHO DE 2014, Alterou a Lei Complementar nº 432, de 03 de março de 2008 que prever repasses mensal, de no mínimo 10% (dez por cento) da receita oriunda da compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos de geração de energia elétrica ao Fundo Financeiro do IPERON, nos termos de ato administrativo específico, após aprovação do Conselho Superior	R1 - Manteve contato com a Caixa Econômica Federal, entidade responsável pelo cálculo atuarial do IPERON, na pessoa do Sr. Edson Aquino, e em resposta ele solicita maiores esclarecimentos. se possível através de áudio conferência dos demandantes, no caso o Conselho Fiscal. (fl. 91).	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Previdenciário alterando a Lei Orçamentária Anual inserindo esses recursos e que a Caixa Econômica Federal responsável pelo Estudo atuarial do ente elabore plano de amortização para cobrir déficit do Fundo Previdenciário Financeiro para proporcionar equilíbrio financeiro e atuarial (3.3.4.2 – Repasses Recebidos).		
R2 – Recomendamos aos gestores do RPPS, que determine a Gerencia de Contabilidade a constituição de provisão para perdas de créditos a longo prazo em observância ao princípio da prudência, que recomenda manter os menores valores para o ativo, ajustando-se, para menos, os valores de transações com o mundo exterior que trazem em si o risco de um eventual não-recebimento (Item 1. Análise do Relatório da Auditoria Previdenciária)	R2 - A conta de Ajuste de Perdas Com Títulos foi realizada no mês de julho/2016 uma vez que inscrição dos valores tem que obedecer aos critérios a serem oferecidos pela Consultoria de investimentos. (vide fl. 17)	
R3 – Recomendamos aos gestores do RPPS, que realize ação de recuperação do ativo no valor R\$ 1.085.101,14 apurados em tomada de contas especiais em desfavor de Francisco das Chagas	R3 - Os valores registrados na conta contábil 1.1.3.4.1.02 Créditos por danos ao Patrimônio, no valor de R\$1.085.101,14 em favor de: a) José de Ribamar Silva valor de R\$ 1.403,42,	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



<p>Guedes no valor de R\$ 1.082.485,24, Jose de Ribamar Silva no montante de R\$ 1.403,42 e Agenor Carlos Sales da Silva de R\$ 1.212,48 registrados na conta contábil 1.1.3.4.1.02 Créditos por Danos ao Patrimônio (Relatório da Análise da Prestação de Contas Anual do Conselheiro Relator Wagner Garcia de Freitas).</p>	<p>referente a processo de Tomada de Contas de diárias, encontra-se ainda no Tribunal de Contas aguardando providencias;</p> <p>b) Agenor Carlos Sales da Silva valor de R\$1.212,48, referente a processo de Tomada de Contas de diárias, encontra-se ainda no Tribunal de Contas aguardando providencias;</p> <p>c) Francisco das Chagas Guedes valor de R\$ 1.082.485,24, referente a prestação de contas do exercício de 1.998, encontra se em fase de recursos, onde o valor atualizado do debito em 20/01/2016 foi de R\$ 2.171.979,59, a recuperação dos ativos dependem agora da decisão do Tribunal de Contas. O que coube ao IPERON, já foi feito através da Tomada de Contas e a inscrição dos valores. (n. 17)</p>	
<p>R4 – Recomendamos aos gestores do RPPS, a baixa da diferença na Unidade Gestora 130020 IPERON de R\$ 3.364,09 registrada a maior no ativo circulante depósitos destituíveis e valores vinculados em relação ao passivo circulante valores restituíveis indicando que houve registro no ativo sem fato gerador registrado no passivo (Item 3.3.5 Valores Restituíveis).</p>	<p>R4 - A diferença de R\$ 3.364,09, apresentado na UG 13020 foi regularizada em agosto de 2016, através da 2016NL00247, restando apenas o valor de R\$ 309,51, referente ao Imposto Sindical, aguardando apenas a guia para pagamento. Nas próximas prestações de contas será demonstrada a regularização desse Imposto Sindical.</p>	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



<p>R5 - Recomendamos que a Administração Superior do IPERON, acompanhe junto aos setores responsáveis as medidas adotadas para corrigir desequilíbrio na execução da despesa com pagamento de aposentadorias e pensão (Diretoria de Previdência/Controle da Dívida e Arrecadação), depreciação de bens móveis (Setor de Patrimônio) e registro contábil na conta Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo (Gerencia de Contabilidade) de modo a assegurar a legalidade, legitimidade, transparência e efetividade da receita e dos gastos públicos (Item 1. Análise do Relatório da Auditoria Previdenciária).</p>	<p>R5 - i) a Diretoria de Previdência - IPREV/IPERON apresentou sua manifestação às fls. 71 a 73 dos Autos (cópia em anexo).</p> <p>ii) As contas de depreciações ainda não foram lançadas na contabilidade uma vez que, o sistema e-cidade já se encontra instalado no IPERON, para o cadastramento dos bens, tão logo conclua o cadastro já poderemos promover as depreciações. Esta Diretoria acrescenta que a partir do mês de novembro/2016, foi efetivada a depreciação dos bens móveis, mesmo de forma manual, pois o Sistema e-Estado (e-cidade nacional) vem sendo ajustado gradativamente.</p>	
<p>R6 - Recomendamos que o Comitê de Investimentos emita mensal e anualmente pareceres sobre as políticas e estratégias de alocação de portfólio de investimentos do RPPS, sempre observando os regulamentos e diretrizes gerais pertinentes e a Política de Investimento (Relatório da Análise da Prestação de Contas Anual do Conselheiro Relator Wagner Garcia de</p>	<p>R6 - O Comitê de Investimentos do IPERON informa que os relatórios estão sendo emitidos mensalmente e enviados via e-mail ao Secretário do Conselho Fiscal. (vide fl. 74)</p>	<p>Vide R14 da Análise Anual 2015</p>



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Freitas).		
R7 – Recomendamos aos Gestores do IPERON que determine o cancelamento do saldo de R\$ 446247,95, corresponde a valores inscritos como Restos a Pagar Não Processados do exercício financeiro de 2014 no valor de R\$ 59.162,25 e Restos a Pagar Não Processados do exercício financeiro de 2015 no valor de R\$ 387085,70 em observância do princípio contábil da competência (NBCASP) e do princípio orçamentário da anualidade (Art. 35, Lei 4.320/64). (Item 3.3.4.1 Restos a Pagar Não Processados).	R7 i) Quanto aos Restos a Pagar Não processados de 2014: foram cancelados, vide n. 81; ii) Quanto aos Restos a Pagar Não processados de 2015: restavam R\$ 120.609,53, referente aos processos que se encontram em tramitação para liquidação da despesa, vide fl. 80, em dezembro/2016 estará regularizado.	
R8 – Recomendamos aos Gestores do IPERON, que determine a Gerencia de Contabilidade que promova correção no saldo das contas contábeis do grupo Controle de Atos Potencias, subgrupo Disponibilidades Por Destinação de Recursos no balancete das Unidades Gestoras 130011, 130012 e 130020 (Item 4.5 Administração Financeira - Disponibilidades por Destinação de Recursos).	Os saldos das contas do grupo Controle de Atos Potenciais, subgrupo Disponibilidade por Destinação de Recursos das Unidades Gestoras, demonstram que na UG 13012 - Fundo Previdenciário Financeiro o valor arrecadado grande parte é transferida para as contas de investimentos a longo prazo, ficando no caixa e ou equivalente apenas os valores transitórios arrecadados no mês, aguardando a transferência para a carteira de investimentos	



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – IPERON
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



de longo prazo, uma vez que as despesas deste Fundo são pequenas.

Na UG 13011 - Fundo Previdenciário Financeiro, os valores arrecadados são utilizados quase em sua totalidade para o pagamento de benefícios previdenciários, e quando a diferença é negativa demonstra que os recursos arrecadados não foram suficientes para cobrir as despesas, a correção nos saldos deverá ser realizada até o fechamento do exercício. (fi. 17v)

Porto Velho/RO, 23 de fevereiro de 2016.


RONEY DA SILVA COSTA
Presidente em Exercício